



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
Nº. 28 – Ano XIII – 10/2025
<<https://revistas.ufvjm.edu.br/vozes>>
DOI: <<https://doi.org/10.70597/vozes.v13i28.1046>>

Vapor Benjamim Guimarães como Lugar de Memória e Patrimônio Vivo: Representações, Apropriações e Usos Sociais em Pirapora/MG

Luana Barbosa Durães

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia - UNIMONTES

<<http://lattes.cnpq.br/5615087770518561>>

E-mail: luanabarbosaduraes97@gmail.com

Rafael Gomes

Acadêmico da disciplina isolada do mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia - UNIMONTES

<<http://lattes.cnpq.br/3975860302743953>>

E-mail: rafaelg211.rg@gmail.com

Walquíria da Cruz Almeida

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia - UNIMONTES

<<http://lattes.cnpq.br/8085461231071578>>

E-mail: wallcruzgeo@gmail.com

Rahyan de Carvalho Alves

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Geografia - UNIMONTES

<<http://lattes.cnpq.br/0593456424985792>>

E-mail: rahyncarvalho@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma análise teórico-reflexiva sobre as representações sociais, os significados afetivos e as apropriações simbólicas atribuídas ao Vapor Benjamim Guimarães pelos moradores de Pirapora/MG. Com base na Geografia Humanista e nos estudos sobre memória coletiva e patrimônio cultural, o vapor é concebido como um lugar de rememoração coletiva e símbolo identitário, cuja relevância transcende sua materialidade. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica sistemática, com abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, voltada à análise conceitual e à proposição de usos sociais do patrimônio, com ênfase em autores como Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Pierre Nora, Françoise Choay, Maria Tereza Paes Leme Luchiari, Maurice Halbwachs, Eric Hobsbawm, Néstor García Canclini, Bardin e Milton Santos. A análise foi orientada

por categorias temáticas emergentes: memória afetiva, apropriação simbólica, identidade territorial e políticas de valorização. Os resultados evidenciam a importância do vapor na construção do pertencimento e da memória social e propõem estratégias participativas de valorização como patrimônio vivo e agente de coesão comunitária.

Palavras-chave: patrimônio cultural, memória coletiva, representações sociais, vapor.

1 Introdução

O patrimônio cultural não é apenas um vestígio do passado, mas uma construção simbólica que reflete os valores, memórias e identidades de uma coletividade. Choay (2001, pp. 81) afirma que o patrimônio “não é uma herança neutra, mas um campo de disputa simbólica, no qual diferentes grupos sociais negociam sentidos sobre o passado”. Assim, ele deve ser compreendido como algo vivo, que adquire relevância por meio dos usos sociais e das relações afetivas que desperta.

Neste artigo, propomos uma análise afetiva e simbólica do vapor Benjamim Guimarães - última embarcação a vapor ainda em operação no Brasil - como um artefato que transcende sua funcionalidade histórica, constituindo-se em um lugar de memória (Nora, 1984) e símbolo de identidade territorial. Em Pirapora/MG, o vapor representa mais que um bem tombado: ele mobiliza afetos, ativa narrativas e contribui para o sentimento de pertencimento da comunidade local.

A valorização do patrimônio cultural tem ganhado centralidade nos debates contemporâneos sobre memória, identidade e direitos culturais, especialmente em contextos marcados por processos de globalização e homogeneização simbólica. Nesse cenário, bens culturais locais, como o Vapor Benjamim Guimarães, ganham destaque não apenas como testemunhos materiais de um tempo histórico, mas como espaços de resistência e afirmação de territorialidades específicas.

A navegação a vapor no Rio São Francisco, hoje praticamente extinta, desempenhou papel fundamental na integração econômica e social do interior brasileiro durante o século XX. No entanto, a modernização dos transportes e o desinvestimento nas hidrovias levaram ao abandono de boa parte dessa infraestrutura, resultando também em perdas simbólicas e afetivas (Neves, 2015). O vapor remanescente, portanto, torna-se símbolo da persistência de uma memória fluvial que ainda habita o imaginário coletivo de Pirapora e do vale do São Francisco.

Além disso, é necessário destacar que a patrimonialização de bens culturais não é um processo neutro ou automático. Envolve escolhas políticas, disputas de narrativa e, muitas vezes, o risco de esvaziamento simbólico. Ao analisar o Benjamim Guimarães não apenas como objeto de conservação, mas como lugar de memória e prática social viva, este estudo pretende contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel dos patrimônios culturais na produção de pertencimento, reconhecimento e cidadania (Nora, 1984).

Este trabalho se ancora nos fundamentos da Geografia Humanista (Tuan, 1977, 1980, 1983, Relph, 1976) nos estudos da memória coletiva (Halbwachs, 2006; Assmann, 2011), na crítica social do patrimônio (Canclini, 2015; Hobsbawm, 1984) e nos estudos brasileiros sobre o espaço

vivido (Santos, 1996). A partir dessa base teórica, buscou-se interpretar o vapor como patrimônio vivo e discutir seus potenciais usos sociais como instrumento de valorização cultural e inclusão cidadã.

A análise acontece em quatro partes. A introdução apresenta o contexto, os objetivos e a relevância de se entender o vapor como um patrimônio cultural. A primeira parte, fundamentação teórica, explora a importância do lugar como espaço vivido e do patrimônio como construção social em constante ressignificação. Na segunda parte, a discussão dos resultados evidencia o vapor como um território simbólico de identidade coletiva, cuja valorização depende do reconhecimento dos significados atribuídos pela comunidade. Na terceira parte, o artigo tenta propor estratégias para promover a preservação e valorização do patrimônio. Por fim, a última parte do artigo, as considerações finais, sintetiza as reflexões em torno do patrimônio vivo que simboliza a memória, a identidade e o pertencimento do povo de Pirapora.

2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho teórico-reflexivo, organizada a partir de uma revisão bibliográfica sistemática. A opção metodológica justifica-se pela natureza conceitual e interpretativa do tema, permitindo compreender as relações entre patrimônio, memória e lugar sob uma perspectiva interdisciplinar.

A revisão bibliográfica sistemática foi conduzida em bases de dados como SciELO, Google Scholar, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e Portal de Periódicos CAPES, dentre outros. Foram utilizados termos de busca em português e inglês, tais como “Vapor Benjamim Guimarães”, “patrimônio cultural”, “memória coletiva”, “lugar e identidade” e “patrimônio + São Francisco”.

Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos e dissertações que tratassem de patrimônio material e imaterial, memória coletiva, geografia humanista e processos de valorização patrimonial. Excluíram-se materiais jornalísticos, resumos sem referência bibliográfica e textos sem acesso integral.

A análise dos trabalhos selecionados foi orientada por categorias temáticas relacionadas à memória afetiva, identidade territorial e patrimônio simbólico, utilizando procedimentos inspirados na análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011). A escolha dos referenciais teóricos (a exemplo de Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Pierre Nora e Maurice Halbwachs) deve-se à relevância desses autores para compreender a dimensão afetiva do lugar e os processos de patrimonialização que constroem a identidade cultural do território, sendo justificada pela sua pertinência analítica para compreender o lugar, a toponímia e os processos de patrimonialização no contexto estudado.

Neste sentido, a partir da leitura integral do material selecionado, foram identificadas recorrências temáticas que orientaram a análise e essa sistematização garantiu transparência e rigor na condução da revisão bibliográfica, conforme recomendam as boas práticas de revisão sistemática em ciências humanas.

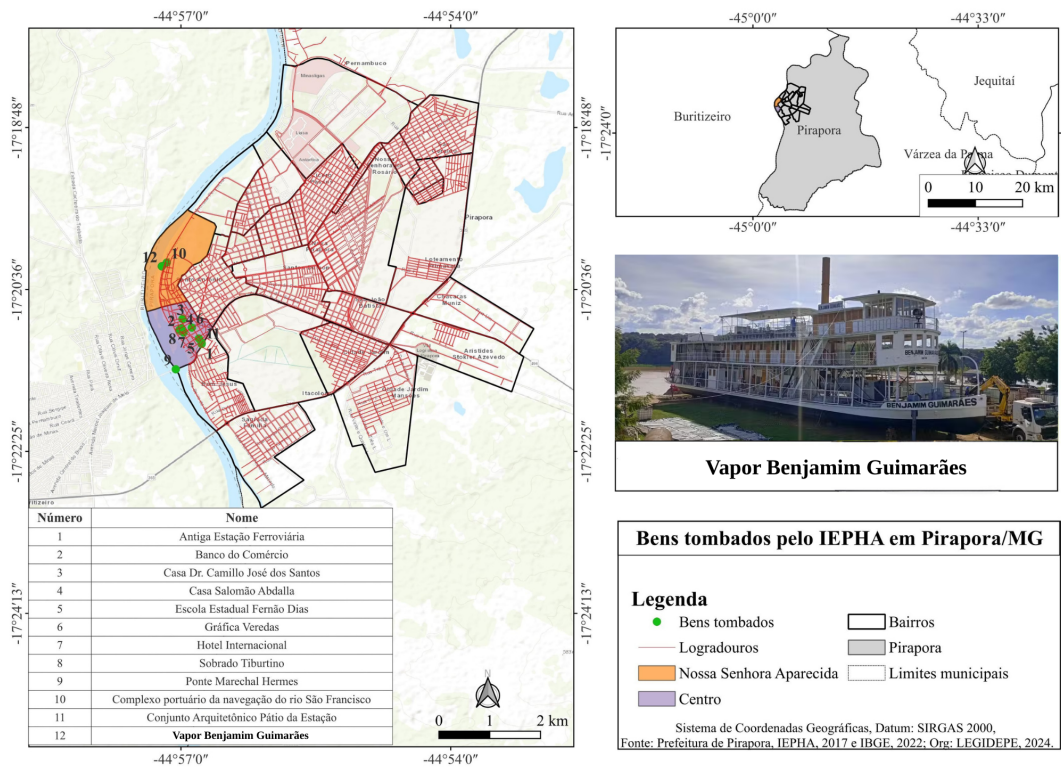
3 Lugar, identidade, pertencimento e memória

Tuan (1977) argumenta que o lugar é a humanização do espaço por meio da experiência vivida. Para ele, a toponímia - o elo emocional entre sujeito e espaço - é central na constituição dos significados atribuídos ao lugar. Relph (1976) complementa essa ideia com o conceito de identidade do lugar, que se forma a partir da relação contínua entre pessoas, práticas e paisagens. A ruptura dessa relação gera o fenômeno do placelessness, ou a perda de sentido do lugar, motivada pela perda das conexões emocionais ou culturais com o espaço.

Massey (1994, pp. 148) amplia a noção de lugar ao “entendê-lo como uma construção relacional e em constante transformação, marcada pelas interações entre escalas locais e globais”. Nesse sentido, o vapor pode ser visto como um ponto nodal dessas múltiplas temporalidades e identidades, refletindo as dinâmicas de mudança e conexão que caracterizam o espaço. Por outro lado, Santos (1996) destaca o conceito de espaço vivido, que engloba as práticas, sentimentos e modos de apropriação social do território.

Em Pirapora, o vapor não é apenas uma estrutura física, mas também um espaço carregado de memórias familiares, narrativas históricas e práticas fluviais, tornando-se um espaço vivido e rememorado, conforme o mapa da Figura 1 evidenciado abaixo. Assim, ambos os autores contribuem para compreender o vapor como um espaço que, ao mesmo tempo, é uma construção relacional em transformação e um espaço carregado de significados sociais e afetivos, evidenciando a complexidade de como o espaço é experienciado e percebido pelas comunidades.

Figura 1 – Mapa de localização do Vapor Benjamin Guimarães na cidade de Pirapora-MG



Fonte: Prefeitura de Pirapora, IEPHA, 2017 e IBGE, 2022. Org: LEGIDEPE, 2025.

O Vapor Benjamin Guimarães, evidenciado na Figura 1, é um dos principais ícones do

patrimônio cultural de Pirapora/MG, representando não apenas um marco da engenharia naval do início do século XX, mas também a memória afetiva ligada à navegação fluvial no Rio São Francisco. Construído nos Estados Unidos em 1913, o vapor foi trazido ao Brasil para operar no transporte de cargas e passageiros, tendo sido fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região. Atualmente, é o único vapor a lenha em atividade na América do Sul e está tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), integrando o Inventário Estadual de Proteção ao Patrimônio Cultural.

No mapa apresentado na Figura 1, o Vapor Benjamim Guimarães está localizado na zona ribeirinha central de Pirapora, sendo representado pelo número 12 na lista de bens tombados. Essa localização estratégica junto ao Rio São Francisco reforça sua importância como símbolo da relação histórica entre a cidade e o rio, tanto para a mobilidade quanto para a identidade cultural local. Sua presença materializa memórias coletivas e processos de valorização simbólica que transcendem o uso prático da embarcação, tornando-se elemento-chave no turismo, na educação patrimonial e na construção da memória urbana da cidade (Iepha-mg, 2014; Prefeitura de Pirapora, 2024).

Nesse sentido, para Halbwachs (2006, pp. 42), “a memória possui caráter social, sendo constantemente reativada pelos grupos por meio de práticas e espaços que reforçam identidades coletivas”. Nora (1984) complementa ao afirmar que os lugares de memória surgem quando há uma ruptura na transmissão oral do passado, sendo o patrimônio uma tentativa de “reter o tempo”.

A teórica alemã Assmann (2011) propõe uma distinção entre memória comunicativa (baseada em vivências diretas) e memória cultural (mantida por registros, monumentos e instituições). O Vapor Benjamim Guimarães se insere nesta última, como veículo de um passado que continua sendo narrado e vivenciado na cultura local, porém, entrelaça a memória vivida, uma vez que Ricoeur (2007) enfatiza a articulação entre memória, narrativa e identidade, propondo que os sujeitos constroem sentidos sobre o passado por meio da reconstrução narrativa. Assim, o vapor Benjamim Guimarães emerge como um artefato narrativo que ancora histórias individuais e coletivas.

Já em relação a disputas e apropriações do patrimônio, Canclini (2015, pp. 11) afirma que o patrimônio é “atravessado por interesses políticos e econômicos, sendo disputado entre o mercado, o Estado e a comunidade”. Para ele, a “patrimonialização” muitas vezes transforma bens simbólicos em produtos turísticos, desconectando-os das práticas culturais que lhes dão sentido”.

Hobsbawm (1984), ao tratar das “tradições inventadas”, mostra como certos símbolos são apropriados como estratégia de legitimação identitária e política. Nesse sentido, o vapor pode ser visto tanto como herança histórica quanto como símbolo construído de uma identidade local em disputa.

Complementando essa perspectiva, Harvey (2006, pp. 51) aponta que o “patrimônio cultural, ao ser inserido na lógica do capital, pode ser apropriado como ativo simbólico e econômico, frequentemente ligado a projetos de mercantilização urbana”. Isso revela a ambivalência do vapor como símbolo afetivo e recurso turístico.

Já Luchiari (2001) propõe pensar o patrimônio como um campo simbólico de mediação entre

memória, identidade e espaço, cujo valor depende da significação social atribuída pelos sujeitos. Para ela, o patrimônio precisa ser vivo, usado e ressignificado cotidianamente para manter sua relevância cultural.

O tombamento de bens culturais pode ser compreendido sob duas perspectivas: a legal, que se baseia em dispositivos normativos e ações estatais, e a legítima, que decorre do reconhecimento simbólico e afetivo da comunidade. Enquanto o poder público estabelece critérios técnicos e jurídicos para proteger bens de valor histórico, artístico ou paisagístico, esse processo pode se tornar frágil ou até conflituoso quando desconsidera os sentidos atribuídos localmente. Segundo Luchiari (2001), é necessário refletir sobre a relação entre a ação institucional e o sentimento de pertencimento da população, uma vez que o tombamento apenas se sustenta quando encontra-se entremeado nas vivências sociais e afetivas dos sujeitos. Nesse mesmo sentido, [Alves e Deus \(2021\)](#) destaca que o patrimônio cultural ganha significado real quando se integra às práticas cotidianas, às memórias e às representações sociais do povo, sendo essencial considerar as narrativas locais na constituição de políticas de preservação.

Por fim, as representações simbólicas e afetivas do espaço têm sido aprofundadas por diversos autores que compreendem o território não apenas como instância física, mas como produto de representações sociais e culturais. Segundo [Ricoeur \(2007, pp. 80\)](#), a memória individual é “constantemente mediada por narrativas coletivas, sendo o espaço um suporte essencial para o enraizamento dessas memórias”. Essa perspectiva permite compreender como determinados lugares ganham significados profundos a partir de experiências compartilhadas.

[Massey \(1994, pp. 152\)](#) propõe a ideia de “lugar como um “nó” de relações sociais em constante movimento, onde as identidades são construídas em interação com o espaço”. O vapor Benjamim Guimarães, nesse contexto, é mais do que um meio de transporte: ele representa um símbolo vivo da memória fluvial e da territorialidade afetiva dos moradores de Pirapora, funcionando como elemento agregador de uma identidade local. Essa simbologia e afetividade em torno do vapor se concretizam em momentos de celebração coletiva, como observado na (Figura 2), que registra uma roda de conversa entre os vapozeiros acompanhada de homenagens - expressões vivas da memória social e da valorização do patrimônio imaterial associado ao Benjamim Guimarães.

Figura 2 – Roda de conversa de vapozeiros ¹

Fonte: Jornalista Hebert Vinicius. Publicado em: 27 de maio de 2025

Certeau (1994), ao tratar das práticas cotidianas, argumenta que os sujeitos não apenas habitam o espaço, mas o significam através de suas ações, narrativas e usos. O passeio turístico, o registro fotográfico, a lembrança familiar e até mesmo o imaginário em torno do vapor reforçam uma relação simbólica que transcende sua função material.

Assim, o espaço do vapor é ressignificado continuamente pelas práticas culturais, pelos discursos patrimoniais e pelas vivências subjetivas. Ele representa não apenas uma herança histórica, mas uma forma de pertencimento e resistência simbólica diante das transformações contemporâneas no território piraporense.

O vapor como território simbólico e identidade coletiva é reiteradamente identificado na literatura como um símbolo de pertencimento, memória e resistência cultural. Sua presença física no cais de Pirapora constitui um território simbólico de identidade, reforçando a ideia de Tuan (1977, pp. 11) de que “o espaço se torna lugar à medida que é investido de valor”.

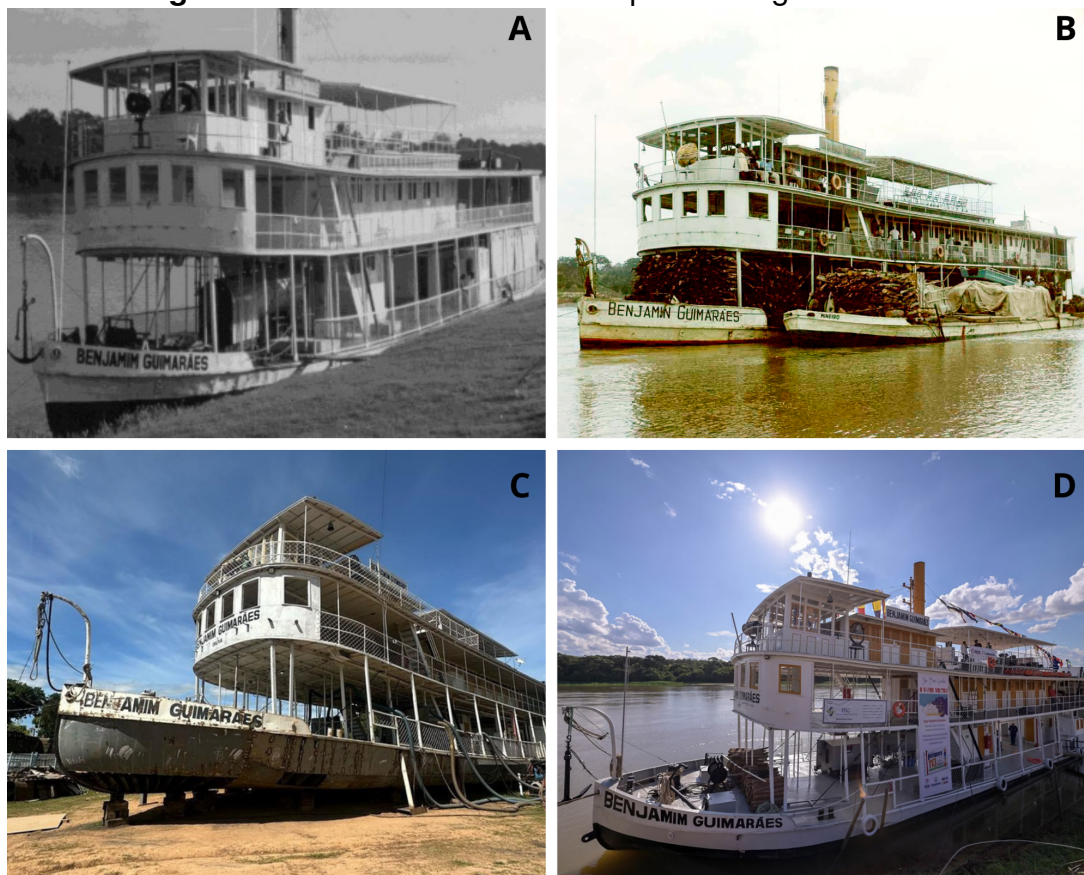
Essa identidade não é apenas nostálgica: ela estrutura formas de enraizamento e participação comunitária. Como bem argumenta Luchiari (2001), o patrimônio só adquire legitimidade quando dialoga com os significados atribuídos pelos sujeitos.

Construído em 1913 pelo estaleiro norte-americano James Rees & Sons, navegou alguns anos no Rio Amazonas sendo transferido para o Rio São Francisco a partir de 1920. Atualmente, o único vapor a lenha do Brasil, o Benjamim Guimarães tem sua importância ligada à memória

¹Em reconhecimento e valorização de toda a contribuição para a história do município, a Prefeitura de Pirapora, por meio da Secretaria Municipal de Educação, promoveu o Encontro com os Vapozeiros, na manhã do último sábado (24/05/2025), na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. Cercado de muita emoção e nostalgia, o momento permitiu a integração de gerações em torno dessas pessoas que são personagens fundamentais na formação sociocultural piraporense. Disponível em: <https://www.pirapora.mg.gov.br/2025/05/27/prefeitura-de-pirapora-promoveu-encontro-com-vapozeiros>. Acesso em 01/06/2025.

histórica da exploração do rio São Francisco, ao seu caráter construtivo e ao interesse público como veículo de relevante significado turístico para a região. O seu tombamento em 1985, pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) através do decreto estadual n.º 24.840, Livro I do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que contribuiu para a preservação de sua memória histórica.

Figura 3 – Mosaico de fotos do Vapor ao longo da história



Fonte: A: [Neves \(2015\)](#); B: IEPHA - MG, 2014; C: Site do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, acesso em 30/05/2025; D: Jornal O Tempo Cidades, acesso em 01/06/2025.

Como ilustração da memória simbólica e da persistência do vapor para a população piraporense a (Figura 3) apresenta quatro registros fotográficos que representam diferentes momentos históricos desse patrimônio. Na imagem A, observa-se o vapor em preto em branco, evidenciando uma fase mais antiga de sua trajetória, datada da primeira metade do século XX. A imagem B, também histórica, mostra o vapor carregado com lenha, seu principal combustível, navegando pelo Rio São Francisco.

Já na imagem C, observa-se o Benjamin Guimarães fora d'água, em processo de restauração (iniciada em 2021 e financiada com recursos da Lei 14.182/2021 que integra o Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto nº 10.838/2021). Por fim, a imagem D, retrata o vapor na atualidade, restaurado, em funcionamento e entregue à população de Pirapora no dia 01 de junho de 2025, sugerindo seu uso turístico e educativo, mantendo viva a memória do transporte fluvial tradicional na região.

Extrapolando sua materialidade, o vapor se configura como um espaço portador de significados

que ultrapassa sua função original de meio de transporte, constituindo-se como lugar de memória e referência identitária, carregada de afeto, para diferentes gerações:

Quando em 11 de agosto de 2004 o “Benjamim” voltou a navegar em Pirapora depois de alguns anos “encostado” à espera de conserto, uma pequena multidão compareceu ao porto para solenidade de reinauguração. Não faltaram emoção e lágrimas ao soar dos apitos do vapor. (Neves, 2015, pp. 467).

Outro aspecto notável que ajuda a compreender a importância do vapor é a sua permanência como referência identitária mesmo no período em que ficou inoperante (2015 - 2025). Esse fenômeno, que podemos denominar “resiliência identitária” (Giménez, 2009), demonstra a força do vínculo simbólico estabelecido entre a comunidade e o patrimônio. Esta resiliência evidencia como territórios simbólicos podem manter sua força identitária mesmo quando sua materialidade está comprometida, reforçando a perspectiva de Relph (1976, pp. 17) sobre a “essência dos lugares residir não apenas em sua dimensão física, mas principalmente em seus significados e experiências vividas”.

A análise do Vapor Benjamim Guimarães como território simbólico e elemento da identidade coletiva de Pirapora permite compreender como patrimônios culturais podem ultrapassar sua materialidade para constituir-se como espaços de significação e pertencimento.

Nesse contexto, a ausência de uma política pública de valorização afetiva do vapor ameaça transformá-lo em um fetiche turístico desprovido de sentido local. Choay (2001) critica o processo de patrimonialização que isola os bens de sua vivência cotidiana, transformando-os em peças de museu desconectadas de suas comunidades. Quando o patrimônio é reduzido a um objeto de consumo estético ou a uma atração econômica, corre-se o risco de esvaziá-lo de suas camadas simbólicas e afetivas mais profundas.

Essa desconexão é acentuada quando a gestão patrimonial ignora as memórias, os afetos e as práticas da população - o que Hobsbawm (1984) descreve como a “invenção de tradições” descoladas da experiência vivida. Nesses casos, o bem cultural passa a ser manipulado por interesses institucionais ou mercadológicos, desconsiderando os significados atribuídos pelas comunidades locais, que são, em última instância, os verdadeiros sujeitos do patrimônio.

No caso do Benjamim Guimarães, o risco reside em torná-lo apenas um cartão-postal da cidade, funcionalizado como produto turístico, sem a devida escuta e participação da população piraporense na definição dos sentidos que o vapor carrega. A patrimonialização sem diálogo social pode invisibilizar formas legítimas de memória coletiva e produzir um “patrimônio-espetáculo”, que preserva a forma, mas não o conteúdo simbólico.

A mercantilização excessiva pode trazer ameaças àquilo que Santos (1996) chama de “rugosidades”, ou seja, as marcas da história que se incorporam ao espaço. Isso, devido ao risco de se privilegiar uma estética padronizada que apague as camadas de significado e memórias acumuladas pela vivência histórica.

Além disso, a ausência de espaços institucionais de escuta e participação social contribui para a fragilização do vínculo entre o bem patrimonial e a comunidade, enfraquecendo sua apropriação simbólica. Essa lógica, conforme Luchiari (2010) pode resultar na perda de uma dimensão essencial do patrimônio: sua capacidade de fortalecer identidades, mediar conflitos e

gerar pertencimento.

Além de sua função simbólica e identitária, o Vapor Benjamim Guimarães pode ser compreendido como um potencial vetor de políticas públicas voltadas à valorização da cultura e à promoção da cidadania patrimonial. Essa perspectiva se insere em uma concepção ampliada de patrimônio, que reconhece não apenas os aspectos materiais, mas também os usos sociais, afetivos e educativos.

Em Pirapora, o vapor não é apenas um atrativo turístico: ele possui potencial para se tornar um espaço formativo, de encontro e de fortalecimento dos vínculos comunitários, desde que inserido em uma política pública que promova sua apropriação social, como descrevem [Belizio e Radaelli \(2018\)](#). Nesse sentido, ações de educação patrimonial, projetos escolares, festividades locais e oficinas culturais vinculadas ao Benjamim Guimarães podem contribuir para que novas gerações compreendam sua importância histórica e simbólica, reforçando a noção de pertencimento.

A articulação entre poder público, comunidade local e instituições educacionais é essencial para transformar o vapor em um agente ativo de desenvolvimento cultural. Como propõe [Santos \(1996\)](#), o espaço ganha densidade e valor quando se converte em território vivido, onde se manifestam práticas, afetos e formas de resistência. Assim, o Benjamim Guimarães pode atuar como catalisador de ações que articulem memória e futuro, tradição e inovação, história e transformação social.

A reativação de sua navegação, acompanhada de ações culturais participativas, poderia representar não apenas uma valorização da história fluvial do Rio São Francisco, mas também um gesto de reconhecimento da cultura local como eixo estratégico de desenvolvimento humano. Nesse contexto, o vapor transcende seu papel de objeto patrimonial e se configura como plataforma de cidadania, contribuindo para a democratização do acesso à memória e à cultura.

4 Propostas para valorização e usos sociais do patrimônio

Com base nas reflexões teóricas e experiências exitosas de ativação patrimonial, tais proposições se fundamentam em contribuições presentes na obra *O vapor Benjamim Guimarães e sua importância para o turismo em Pirapora/MG* de Gercina Maria Alves do Nascimento e na obra *Patrimônio cultural e turismo: o Vapor Benjamim Guimarães e o turismo cultural em Pirapora/MG* de Míriam Cristiane Mota Tomaz, que evidenciam o papel do vapor como patrimônio cultural, destacando sua relevância simbólica e seu potencial na construção de uma identidade coletiva ancorada na memória e no território.

Diante da necessidade de fortalecer a apropriação simbólica e social do vapor Benjamim Guimarães, propõem-se estratégias integradas que articulem educação, cultura e participação comunitária.

No campo da educação patrimonial, sugerem-se oficinas intergeracionais de memória oral com moradores antigos, a inserção da história do vapor no currículo escolar e a realização de projetos de turismo pedagógico, aproximando estudantes da história e do simbolismo local.

Para a ressignificação funcional e cultural do bem patrimonial, propõe-se transformar o vapor

em um museu flutuante interativo, com acervo histórico e artístico, além de promover festas náuticas, feiras e circuitos culturais no entorno do cais, fortalecendo seu uso como espaço vivo. O vapor também pode abrigar atividades como contação de histórias, sessões de cinema comunitário e apresentações artísticas, ampliando seu alcance cultural. Já no aspecto da gestão participativa, é fundamental criar um conselho comunitário de gestão patrimonial, estimular parcerias entre universidades, escolas técnicas e o poder público, bem como buscar recursos por meio de leis de incentivo cultural.

Por fim, garantir a acessibilidade plena é essencial, com ações como legendas e transcrição de áudio, design acessível, informações em braille e atividades inclusivas, assegurando que todos os públicos possam se relacionar com o bem. Essas iniciativas visam não apenas preservar o patrimônio, mas inseri-lo ativamente na vida cotidiana da comunidade.

Em resumo, as estratégias propostas de educação patrimonial comunitária, ressignificação funcional e cultural, e gestão participativa buscam construir uma rede de significados e práticas que reintegrem o Vapor Benjamim Guimarães à vida cotidiana e afetiva da comunidade de Pirapora/MG. Ao invés de uma abordagem puramente preservacionista ou meramente turística, estas ações visam fortalecer os laços simbólicos e identitários entre a população e seu patrimônio, transformando o vapor em um espaço vivo de memória, aprendizado e convivência intergeracional.

A implementação destas propostas, fundamentada na colaboração entre poder público, comunidade local e instituições parceiras, é crucial para mitigar os riscos de mercantilização e invisibilização simbólica, garantindo que o Benjamim Guimarães continue a navegar não apenas nas águas do Rio São Francisco, mas também no imaginário e no coração do povo piraporense, como um autêntico território de pertencimento e significado coletivo. Conforme destaca Santos (2013), a educação patrimonial deve promover o reconhecimento do patrimônio cultural como parte da experiência social, histórica e afetiva das comunidades, estimulando a participação cidadã e a ressignificação contínua dos bens culturais.

5 Considerações Finais

O vapor Benjamim Guimarães, último resquício da era fluvial do Rio São Francisco, é muito mais do que um bem tombado: trata-se de um espaço vivido, um símbolo identitário e um território de memória para o povo de Pirapora. Compreendê-lo a partir das representações sociais e dos referenciais da Geografia Humanista permite resgatar os sentidos afetivos, históricos e políticos que sustentam sua permanência simbólica no imaginário coletivo.

A valorização do vapor como patrimônio vivo requer ações integradas que articulem memória, identidade e uso social. Preservar o Benjamim Guimarães é preservar a história que ele transporta e, mais ainda, é oferecer às futuras gerações a possibilidade de navegar por essa história — não apenas como espectadores, mas como sujeitos ativos na construção e na vivência do patrimônio cultural.

Mais do que preservar sua estrutura física, é fundamental cultivar os laços simbólicos, sociais e afetivos que o vapor Benjamim Guimarães desperta na população de Pirapora, reconhecendo

sua centralidade como lugar de memória **Nora** (1984) e como expressão viva da identidade local (**Luchiari**, 2001). Nesse sentido, a valorização do vapor deve envolver políticas públicas de preservação integrada, educação patrimonial e inclusão cidadã, para que ele continue navegando não apenas pelas águas do São Francisco, mas também pelas correntes da memória coletiva e do pertencimento simbólico (**Tuan**, 1983).

References

- ALVES, Rahyan; DEUS, José Antônio Souza de. Representações sociais e memória: o patrimônio cultural e sua legitimação simbólica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, n. 7, p. 85–104, 2021.
- ASSMANN, Jan. **Memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas primeiras civilizações**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BELIZIO, Letícia Alves; RADAELLI, Inês Maria. Educação como ferramenta de preservação do patrimônio cultural brasileiro. In: DAVID, Célia; CANCELIER, Joseane Warken (Ed.). **Reflexões e práticas na formação de educadores**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 101–109.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- GIMÉNEZ, Gilberto. Cultura, identidade e memória. materiais para uma sociologia dos processos culturais. **Fronteira Norte**, México, v. 21, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IEPHA-MG. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Guia de bens tombados**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.iepha.mg.gov.br>>.
- LUCHIARI, Maria Tereza Diniz Gardinali. Tombamento e patrimônio cultural: da imposição à construção compartilhada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 29, p. 64–73, 2001.
- LUCHIARI, Maria Tereza Paes Leme. Lugar, memória e identidade: o patrimônio como mediação simbólica. In: **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: [s.n.], 2010.
- MASSEY, Doreen. A global sense of place. In: **Space, place and gender**. Cambridge: Polity Press, 1994. p. 146–156.

NEVES, Zaroni. Vapor “benjamim guimarães”: Patrimônio dos ribeirinhos do são francisco. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 451–476, 2015.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PREFEITURA DE PIRAPORA. Prefeitura de Pirapora. **Bens tombados pelo IEPHA em Pirapora/MGa. Organização: LEGIDEPE**, Pirapora, MG, 2024.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Original: *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Myriam Bahia Lopes dos. **Educação patrimonial: memória, identidade e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.